

PROCESSO Nº: 2010.0701.000064

ASSUNTO : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

INTERESSADAS: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD

DESPACHO Nº 058/2010 – O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, Clenan Renaut de Melo Pereira, no uso das competências que lhes são conferidas pelo artigo 17, inciso IX, alínea “c”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, tendo em vista o constante do presente processo, o qual foi submetido ao exame da Assessoria Especial Jurídica deste Órgão, que emitiu o Parecer Administrativo favorável nº 010, de 29 de janeiro de 2010, acostado às fls. 15/22, e considerando a solicitação do Departamento de Planejamento deste Órgão para contratação de empresa que promoverá o III Congresso CONSAD de Gestão Pública, evento que se realizará de 15 a 17 de março de 2010, que vem a fomentar o planejamento e o aprimoramento de técnicas que visem uma maior eficiência e desburocratização da Administração Pública, e da existência de empresa com notória especialização nos serviços que serão prestados, adequados aos interesses almejados pela Instituição, haja vista o conteúdo programático específico, o que inviabiliza competição, conforme se vislumbra nos documentos que integram os autos em epígrafe, motivo pelo qual resolve, com fundamento nos dispositivos contidos no artigo 25, II, c/c artigo 13, VI, da Lei 8.666/93, DECLARAR INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO, para contratação da empresa CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO - CONSAD, inscrita no CNPJ sob o nº 04.233.454/0001-63, para prestação do referido Congresso, visando capacitar o servidor deste Ministério Público, cujo o valor a ser pago pela Procuradoria Geral de Justiça tocanтинense à empresa citada será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), correspondente ao valor da inscrição, e AUTORIZAR a lavra definitiva do correspondente instrumento contratual.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 29 de janeiro de 2010.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Presidente: Desembargadora WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA

ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO / 2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		RS 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	117.814.832,11	8.392,81	
Pessoal Ativo	117.814.832,11	3.542,87	
Pessoal Inativo e Pensionistas			
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.183.044,39	4.849,94	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial	2.183.044,39	4.849,94	
Despesas de Exercícios Anteriores			
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados			
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	115.631.787,72	3.542,87	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	115.635.330,59		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	3.406.416.318,08		
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		3,39	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >	204.384.979,08		
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,7 % >	194.165.730,13		

FONTE: RCL POSIÇÃO EM 30 NOVEMBRO DE 2009
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Desembargadora Willamara Leila
Presidente
CPF nº. 311.017.041-87

Marina Pereira Jabur
Controlador Interno
CPF Nº 848.914.401-04

Alaor Jua Dias Junqueira
Diretor Financeiro
CPF nº. 565.592.918-04

Manoel Lindomar A. Lucena
Contador
CRC DF-9642/T-TO

Tabela 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO/2009			
RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")			RS 1,00
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	17.988.241,67	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	4.931.092,50
Caixa	-	Depósitos	2.489,06
Bancos	17.988.074,18	Tribunal de Justiça (outros credores)	27.031,25
Tribunal de Justiça	11.662.033,99	Restos a Pagar Processados	
Funjuris	5.736.040,19	Do Exercício	4.848.939,18
		TRIBUNAL DE JUSTIÇA	28.924,61
		FUNJURIS	
Aplicações Financeiras/poupança	-	RP Não-processados de Exercícios Anteriores	-
Tribunal de Justiça	-		
Outras Disponibilidades Financeiras	590.167,49	Outras obrigações Financeiras	
Tribunal de Justiça - (Fonte-00) em CTU-Poder Executivo	-	Trib. de Justiça - consig. e encargos sociais	14.377,25
Recursos próprios do FUNJURIS - (Fonte-40) em CTU-Poder Executivo	590.167,49	Funjuris - consignações e encargos sociais	9.331,15
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	13.057.149,17
TOTAL	17.988.241,67	TOTAL	17.988.241,67
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			4.278.959,49
TRIBUNAL DE JUSTIÇA			3.344.228,46
FUNJURIS			934.731,03
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			8.778.189,68

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO REGIME PREVIDENCIÁRIO		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	
Caixa		Depósitos	
Bancos		Restos a Pagar Processados	
Conta Movimento		Do Exercício	
Contas Vinculadas		de Exercícios Anteriores	
Aplicações Financeiras		RP Não-processados de Exercícios Anteriores	
Outras Disponibilidades Financeiras		Outras obrigações Financeiras	
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	-
TOTAL	-	TOTAL	-
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			-
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)			-

FONTE: Anexos do Balanço do TJTO e FUNJURIS

Nota:
Desembargadora Willamara Leila
Presidente
CPF nº. 311.017.041-87

Marina Pereira Jabur
Controlador Interno
CPF Nº 848.914.401-04

Alaor Jua Dias Junqueira
Diretor Financeiro
CPF nº. 565.592.918-04

Manoel Lindomar A. Lucena
Contador
CRC DF-9642/T-TO

Tabela 6 - Demonstrativo dos Restos a Pagar

ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO/2009				
RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")				RS 1,00
ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS		EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
	Liquidados e Não Pagos (Processados)	Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício
ADMINISTRAÇÃO DIRETA				
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	210.770,13	4.848.939,18	1.468.098,01	3.344.228,46
FUNJURIS	2.140,00	28.924,61	684.341,32	934.731,03
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				
-Identificação do Órgão, quando o demonstrativo for específico de um órgão; ou relação de órgãos do Poder, quando o demonstrativo for da				
-Poder Legislativo ou Judiciário; ou relação das entidades do Poder Executivo->				
TOTAL	212.910,13	4.877.863,79	2.152.439,33	4.278.959,49

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Aparado no Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)				
RESTOS A PAGAR INSCRITOS				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
FUNTE DE RECURSOS	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - fonte (00)	206.390,13	4.848.939,18	1.459.338,01	3.266.276,65
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - fonte (25)	4.380,00	-	8.760,00	77.951,81
FUNJURIS - fonte (040)	2.140,00	28.924,61	684.341,32	934.731,03
TOTAL	212.910,13	4.877.863,79	2.152.439,33	4.278.959,49

FONTE: Anexos do Balanço do TJTO e FUNJURIS.

Nota:
Desembargadora Willamara Leila
Presidente
CPF nº. 311.017.041-87

Marina Pereira Jabur
Controlador Interno
CPF Nº 848.914.401-04

Alaor Jua Dias Junqueira
Diretor Financeiro
CPF nº. 565.592.918-04

Manoel Lindomar A. Lucena
Contador
CRC DF-9642/T-TO

Tabela 7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DOS LIMITES ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 3º QUADRIMESTRE / 2009		
LRF, art. 48 - Anexo VII		RS 1,00
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	117.814.832,11	3,39
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >	204.384.979,08	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,70 % >	194.165.730,13	5,70
DÍVIDA		% SOBRE A RCL
Divida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES		% SOBRE A RCL
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Aparado nos Demonstrativos respectivos		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO

FONTE:
Desembargadora Willamara Leila
Presidente
CPF nº. 311.017.041-87

Marina Pereira Jabur
Controlador Interno
CPF Nº 848.914.401-04

Alaor Jua Dias Junqueira
Diretor Financeiro
CPF nº. 565.592.918-04

Manoel Lindomar A. Lucena
Contador
CRC DF-9642/T-TO